CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10
NIRE 42 3 0003641-2

Endereço: Rua: Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - 5º andar - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Mundaú S.A. ("Mundaú" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. Perfil Institucional

A Mundaú tem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante a exploração do Parque Eólico Mundaú, situado no município de Trairi, estado do Ceará.

O parque eólico, em operação comercial desde abril de 2014, tem capacidade instalada de 30 MW[1], composto por 13 torres e aerogeradores de 2,3 MW cada, e capacidade comercial de 15,2 MW médios, totalmente contratados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Mundaú pertence à Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN), *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP) - antes denominada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. – que por sua vez é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE), anteriormente Tractebel Energia S.A.

3. Desempenho Operacional

Em 2016, a geração total bruta da Mundaú alcançou 106,1 GWh, 4,3% inferior aos 110,9 GWh gerados em 2015. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu 96,3%% no ano de 2016 ante 96,5% em 2015. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2016 foi de 95,3% (94,9% em 2015).

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores	2016	2015	Variação (%)
Receita líquida de vendas	25.955	22.089	17,5
Lucro bruto	13.328	11.720	13,7
Margem bruta	51,4%	53,0%	(1,6) p.p.
EBITDA (LAJIDA)[1]	19.065	17.632	8,1
Margem EBITDA (LAJIDA)[2]	73,5%	79,8%	(6,3) p.p.
Resultado financeiro	(5.163)	(5.509)	(6,3)
Lucro líquido	6.459	6.075	6,3
Margem líquida	24,9%	27,5%	(2,6) p.p.

[1]EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

[2]Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA / receita líquida de vendas.

b) Comentário sobre as principais variações

O crescimento no EBITDA e no lucro líquido entre os exercícios comparados decorreu, substancialmente, do reajuste do preço de venda de energia e do aumento dos custos da venda de energia, especialmente, Operação e Manutenção (O&M).

5. Agradecimentos

A Administração da Mundaú agradece a contribuição de todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Companhia no ano de 2016.

A Administração

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.742	1.531
Contas a receber de clientes	5	2.245	2.028
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	441
Outros ativos circulantes		238	413
		4.225	**4.413**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	18.257	10.664
Partes relacionadas		5.914	-
Depósitos judiciais		88	77
		24.259	**10.741**
Imobilizado	7	**111.401**	**120.687**
Intangível		**786**	**1.125**
		136.446	**132.553**
TOTAL		**140.671**	**136.966**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	774	1.331
Financiamento	9	5.992	5.929
Dividendos	10	6.385	577
Outros passivos circulantes		428	65
		13.579	**7.902**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	9	66.377	71.084
Partes relacionadas	14	2.057	-
Provisões cíveis		165	138
		68.599	**71.222**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Capital social		52.128	52.128
Reserva de lucros		843	520
Dividendos adicionais propostos		5.522	5.194
		58.493	**57.842**
TOTAL		**140.671**	**136.966**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	11	**25.955**	**22.089**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Pessoal		(209)	(142)
Materiais		(72)	(77)
Serviços de terceiros		(4.651)	(2.160)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(867)	(1.139)
Taxa de fiscalização		(77)	(65)
Depreciação	7	(5.897)	(6.048)
Aluguéis		(443)	(413)
Seguros		(233)	(256)
Outros		(178)	(69)
		(12.627)	**(10.369)**
LUCRO BRUTO		**13.328**	**11.720**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		**(144)**	**(136)**
Outras despesas operacionais		**(16)**	
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**13.168**	**11.584**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Rendas de aplicações financeiras		206	152
Rendas de depósitos vinculados e judiciais		1.895	1.073
Juros sobre financiamento	9	(7.259)	(6.768)
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		(5)	34
		(5.163)	**(5.509)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**8.005**	**6.075**
Imposto de renda		(1.057)	-
Contribuição social		(489)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**6.459**	**6.075**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não apresenta a demonstração específica.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2014	**52.128**	**216**	**3.698**	**-**	**56.042**
Dividendos adicionais pagos	-	-	(3.698)	-	(3.698)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.075	6.075
Destinações proposta à AGO:					
- Reserva legal	-	304	-	(304)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(577)	(577)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	5.194	(5.194)	-
SALDOS EM 31.12.2015	**52.128**	**520**	**5.194**	**-**	**57.842**
Dividendos aprovados em AGO	-	-	(5.194)	-	(5.194)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.459	6.459
Destinações proposta à AGO:					
- Reserva legal	-	323	-	(323)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(614)	(614)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	5.522	(5.522)	-
SALDOS EM 31.12.2016	**52.128**	**843**	**5.522**	**-**	**58.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**8.005**	**6.075**
Ajustes para conciliar o lucro:		
Depreciação	5.897	6.048
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(1.895)	(1.073)
Juros sobre financiamento	7.259	6.768
Outros	18	32
Lucro ajustado	**19.284**	**17.850**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(217)	(122)
PIS e Cofins a recuperar	125	945
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	441	436
Depósitos vinculados e judiciais	(5.709)	(1.463)
Outros ativos circulantes	6	(135)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(51)	253
Outros passivos circulantes	(401)	(13)
Caixa gerado pelas operações	**13.478**	**17.751**
Pagamento de juros sobre financiamento	(6.203)	(6.460)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(755)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**6.520**	**11.291**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(609)	(1.302)
Aplicação no intangível	-	(22)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(609)**	**(1.324)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(5.700)	(5.644)
Pagamentos de dividendos	-	(4.109)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(5.700)**	**(9.753)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**211**	**214**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	1.531	1.317
Saldo final	1.742	1.531
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**211**	**214**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	262	768
Compensação de imposto de renda e contribuição social	791	-
Reavaliação de provisões relacionadas ao direito de uso de servidão	-	106
Partes relacionadas - Ampliação da subestação do Consórcio Trairí	2.057	-
Partes relacionadas - Alienação de ativos dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí	5.914	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Mundaú S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 27.11.2006, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia ou acionista, ou em consórcios.

A Mundaú é parte dos consórcios Trairí e Faísa-Trairí, com participações de 14,11% (26% em 2015) e 7,06% (13% em 2015), respectivamente. O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE). A alteração da participação deve-se ao ingresso de novas consorciadas conforme destacado na nota 14 – Partes relacionadas.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e reembolso das despesas incorridas com o pessoal diretamente dedicado às atividades da Usina.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), utilizando o custo histórico como base de valor e o Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 13.04.2017.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos e passivos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados e judiciais

Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e, posteriormente, são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

a.4) Financiamento

É reconhecido inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

c) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis.

d) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

e) Contratos de arrendamento

São considerados como operacional, sendo os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

f) Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2016 o imposto de renda e a contribuição social correntes foram calculados pelo lucro presumido de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. Já no exercício de 2015 a Companhia apurou os tributos com base no lucro real.

g) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

h) IFRS 16 - *leasing*

A norma define um modelo único de contabilidade de leasing, exigindo que o arrendatário reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses. Quando da aplicação desta norma, vigente a partir de 2019, os contratos de arrendamento da Companhia serão reconhecidos como um direito de uso do ativo, a ser amortizado no prazo do contrato, em contrapartida de uma obrigação, que será reduzida à medida que os arrendamentos forem sendo pagos.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e depósitos bancários à vista	44	27
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	1.698	1.504
	1.742	**1.531**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores vincendos a receber da ENGIE Brasil Comercializadora Ltda. (EBC). A totalidade da energia gerada é vendida para a EBC que, por sua vez, comercializa esta energia no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo. Os valores faturados mensalmente são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento.

6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços da dívida e os serviços relacionados à Operação e Manutenção (O&M**).**

7 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação %	31.12.2016 Custo corrigido	31.12.2016 Depreciação acumulada	31.12.2016 Valor líquido	31.12.2015 Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,33	2.418	(230)	2.188	2.311
Máquinas e equipamentos	4,64	123.068	(15.968)	107.100	118.224
		125.486	**(16.198)**	**109.288**	**120.535**
Em curso		**2.113**	**-**	**2.113**	**152**
		127.599	**(16.198)**	**111.401**	**120.687**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2014	**2.454**	**123.844**	**31**	**126.329**
Ingressos	-	-	406	406
Transferências	(59)	344	(285)	-
Depreciação	(84)	(5.964)	-	(6.048)
Saldos em 31.12.2015	**2.311**	**118.224**	**152**	**120.687**
Ingressos	-	-	103	103
Transferências	52	136	(188)	-
Ampliação da subestação do consórcio Trairí			2.057	2.057
Alienação de ativos do consórcio Trairí	(91)	(3.721)	(11)	(3.823)
Alienação de ativos do consórcio Faísa-Trairí		(1.708)		(1.708)
Baixas		(18)		(18)
Depreciação	(84)	(5.813)	-	(5.897)
Saldos em 31.12.2016	**2.188**	**107.100**	**2.113**	**111.401**

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Mundaú, com capacidade instalada de 30 MW, pelo prazo de 30 anos a contar da data de 20.09.2011.

8 - FORNECEDORES

	31.12.2016	31.12.2015
Encargos de uso da rede elétrica	73	71
Materiais e serviços	439	492
Fornecedores de imobilizado	262	768
	774	**1.331**

9 - FINANCIAMENTO

a) Mutação – Financiamento com o BNDES

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2014	**5.892**	**76.457**	**82.349**
Juros registrados no resultado	6.508	260	6.768
Transferências	5.633	(5.633)	-
Amortização de principal	(5.644)	-	(5.644)
Pagamento de juros	(6.460)	-	(6.460)
Saldo em 31.12.2015	**5.929**	**71.084**	**77.013**
Juros registrados no resultado	6.276	983	7.259
Transferências	5.690	(5.690)	-
Amortização de principal	(5.700)	-	(5.700)
Pagamento de juros	(6.203)	-	(6.203)
Saldo em 31.12.2016	**5.992**	**66.377**	**72.369**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2018	5.731
2019	5.731
2020	5.731
2021	5.731
2022	5.731
2023 a 2027	28.655
2028 a 2029	9.067
	66.377

c) Condições Contratadas

Juros:	TJLP + 2,51% a.a. (a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal).
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em julho de 2029.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida; e (iv) fiança corporativa da sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

e) Compromisso contratual (*covenant*)

O *covenant* (Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3) começou a ser exigido após o início do prazo de amortização e está sendo atingido pela Companhia.

10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2016 e 31.12.2015 é de R$ 52.128, representado por 52.127.591 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal das quais 52.127.590 pertencem à controladora EEN e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia. A EEN é controlada pela ECP, que por sua vez é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

c) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 5.522.

11 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	26.938	24.341
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(983)	(2.252)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**29.955**	**22.089**

12 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas ao seu financiamento – a TJLP, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

a.2) Risco de crédito

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

a.3) Risco de liquidez

A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente.

13 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de arrendamento

A Companhia mantém contrato de arrendamento da área onde está sendo construído o parque eólico, com vigência até dezembro de 2032, com possibilidade de renovação de acordo com a vontade das partes envolvidas. O contrato prevê um valor fixo até o início da operação e um percentual sobre a receita durante a operação.

b) Contrato de operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa Siemens Ltda. No ano de 2016 a Companhia assinou um aditivo ao contrato contemplando a extensão de garantia e manutenção corretiva, vigente até março de 2019. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo IPCA.

c) Contrato de uso do sistema de transmissão

A Mundaú mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia possui 15,2 MW médios de energia contratada com a ENGIE Brasil Comercializadora Ltda. (EBC), empresa controlada pela ENGIE Brasil Energia, pelo prazo de 20 anos.

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014 com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros.

Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R$ 123 (base 2017).

c) Operações no âmbito dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí

c.1) Alienação de ativos dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí

No ano de 2016 a Companhia alienou parte dos ativos que possuía nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí para empresas controladas indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Essas alterações ocorrem em virtude do ingresso dessas novas empresas nos Consórcios, as quais terão suas energias geradas escoadas através das linhas de transmissão e subestações desses consórcios.

c.2) Ampliação da subestação do Consórcio Trairí

Em virtude do ingresso de novas usinas houve a necessidade de ampliação da subestação do Consórcio Trairí. Dessa maneira, a Mundaú registrou em seu passivo não circulante o valor a pagar correspondente à sua participação na ampliação do Consórcio Trairí.

Tantos os valores a receber quanto o a pagar serão corrigidos pelo IPCA e, amortizados no prazo de dez anos contados a partir da quitação dos financiamentos de cada uma das empresas.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2016, da Central Eólica Mundaú S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTADOR

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC-023609/O-7

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Central Eólica Mundaú S.A.
Florianópolis - SC

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Mundaú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Mundaú S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de abril de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.